

A perspectiva sociohistórica e a política nacional de assistência social

The sociohistorical perspective and the national social assistance policy

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n2p345>

Marcela Andrade Gomes, Cleidi Mara dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

O presente artigo tem como objetivo debater as possíveis contribuições que a psicologia sociohistórica pode oferecer aos profissionais que atuam sob a lógica da Política Nacional de Assistência Social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que, por meio da análise dos materiais referentes a esta Política, bem como dos principais conceitos da abordagem sociohistórica, busca problematizar as questões epistemológicas, técnicas e políticas atreladas à prática do profissional da Psicologia inserida neste contexto. A partir das análises realizadas, defendemos que a psicologia sociohistórica é um profícuo instrumental teórico que pode subsidiar uma prática ética e coerente com a PNAS, possibilitando a criação de intervenções mais qualificadas e críticas que venham ao encontro das demandas das camadas subalternizadas da sociedade. Desse modo, buscamos colaborar com a articulação entre os saberes e fazeres que interpelam a Assistência Social, de modo a colocar a psicologia no protagonismo da prevenção e promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social; psicologia; direitos humanos.

This article aims to discuss some contributions that sociohistorical psychology can offer to the professional working under at the National Social Assistance Policy system (NSAP). It's a bibliographic research that uses the main concepts of the sociohistorical approach and some materials produced by the NSAP to problematize psychology's practice in this context. From the analyzes performed, we defend that sociohistorical psychology is a fruitful perspective can subsidize an ethical and coherent practice of the NSAP, creating qualified and critical interventions to overcome the social vulnerabilities. In this way, we seek to collaborate with the articulation between the knowledge and actions in the Social Assistance, directing the psychology science to the prevention and promotion of human rights direction.

Keywords: National Social Assistance Policy; psychology; human rights.

Introdução

Diante da atual conjuntura em que vem ocorrendo a inserção da(o) psicóloga(o) na Política Nacional de Assistência Social, este artigo tem como objetivo debater as possíveis contribuições que a psicologia sociohistórica pode oferecer aos profissionais que atuam nos serviços, projetos e programas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Desde a aprovação da Resolução CNAS nº 17/2011, que torna obrigatória a inclusão de psicólogas(os) nas equipes de referência de serviços e equipamentos da PNAS (CFP, 2011), tem ocorrido uma ampla inserção da

psicologia neste contexto, como nos aponta os dados nacionais compilados no relatório do Senso SUAS (2013): 591 psicólogos atuavam na gestão estadual da Política de Assistência Social; 8.975 psicólogos compunham equipes de Centros de Referência de Assistência Social; 3.907 psicólogos em equipes de Centros de Referência Especializado de Assistência Social; 2.445 psicólogos em equipes de instituições de acolhimento; 170 psicólogos atuavam junto ao Centro POP (população de rua).

Desde a década de 60, a(o) psicóloga(o) começa a expandir sua prática profissional para além dos consultórios privados, inserindo-se em contextos institucionais e comunitários interpelados por múltiplas vulnerabilidades sociais. Neste momento, a “emergência” da chamada psicologia social-comunitária vem problematizar modelos naturalizantes e psicologizantes de sujeito e, ainda, denunciar a ausência de um projeto ético e político na psicologia que estivesse voltado às transformações sociais. Neste contexto, a perspectiva sociohistórica foi amplamente utilizada no universo acadêmico para superar as tradicionais dicotomias sujeito/sociedade, interno/externo e subjetivo/objetivo (CAMPOS, 2000; LANE, 1995; NEVES, 2004; SAWAIA, 1999, 2000; SENRA; GUZZO, 2012).

Neste artigo buscaremos debater sobre as possíveis contribuições que a teoria sóciohistórica pode oferecer à atuação da(o) psicóloga(o) que atua sob a lógica da PNAS, no sentido de refletir sobre alguns orientadores teóricos, metodológicos e técnicos que possam, de alguma forma, respaldar intervenções mais qualificadas e eticamente engajadas. Assim, acreditamos que este estudo possa contribuir para que a(o) psicóloga(o) se posicione enquanto um(a) importante protagonista na consolidação das políticas públicas no âmbito da Assistência Social, criando práticas que possibilitem impactos transformadores nas dimensões singulares e coletivas.

Inicialmente, a partir de uma pesquisa bibliográfica, caracterizaremos os principais elementos presentes na PNAS; posteriormente, realizaremos uma interlocução entre alguns conceitos chaves da perspectiva sociohistórica com a PNAS, a saber: mediação semiótica, campo inter e intrasubjetivo, base afetivo-volitiva, constituição do sujeito e produção de sentidos.

A análise do material bibliográfico foi realizada a partir de 3 eixos que estão dialeticamente entrelaçados: os aspectos epistemológicos, técnicos e políticos. O primeiro diz respeito aos principais conceitos ontológicos da perspectiva sociohistórica; o segundo refere-se às reflexões interventivas e práticas que esta abordagem pode vir auxiliar na execução dos serviços do SUAS; a última, não menos importante, destaca a preocupação ética e política que guiam tanto a PNAS bem como a psicologia sociohistórica em prol da luta por uma sociedade mais igualitária e menos segregacionista, tanto em

suas dimensões simbólicas quanto materiais. 1 (nossas considerações foram enumeradas e descritas em um outro documento também enviado em anexo junto a este manuscrito).

Com a finalidade de demonstrar a relevância acadêmica deste artigo, realizamos uma busca na biblioteca eletrônica *Scielo* utilizando o descritor “assistência social”. No total, encontramos setenta artigos e realizamos a leitura de seus resumos a fim de identificar os objetivos de cada um deles. Dentre os dez artigos que abordam sobre assistência social e psicologia, notamos que, de maneira eminente, oito deles apresentam resultados de pesquisas sobre a representação social que a/o psicóloga/o possui sobre os usuários ou problematizam a atuação profissional nos seguintes aspectos: os modelos interventivos, a formação e a identidade do profissional. Apenas dois artigos fazem menção à abordagem epistemológica, ambos à psicanálise. Sendo o primeiro um estudo da subjetividade de “mães agressoras” e a construção social da maternidade. E o segundo uma problematização das práticas da psicologia realizada em instituições orientadas por um viés psicanalítico, concluindo sobre a efetividade do uso deste instrumental teórico-metodológico e ético-político nestes contextos.

Em sua maioria, os artigos apresentam em seus objetivos questões pertinentes à psicologia na Assistência Social, porém, sem apresentar como escopo a problematização sobre o uso de uma determinada abordagem epistemológica nos fazeres na PNAS/SUAS. Essa constatação indica uma fragilidade no debate teórico-metodológico podendo apontar uma certa dicotomização dos saberes e fazeres relativos às práticas psicossociais realizadas no SUAS. Inferimos a necessidade da elaboração de estudos que venham realizar a dialogia entre a teoria e seus possíveis desdobramentos interventivos, de modo que possibilitem à/ao psicóloga/o identificar as potencialidades das diferentes linhas teóricas e metodológicas que possam subsidiar a elaboração de intervenções qualificadas, críticas e contextualizadas.

Método

Tendo em vista que o objetivo geral deste trabalho define-se por propor um debate sobre as possíveis contribuições que a perspectiva sociohistórica pode oferecer ao trabalho da(o) psicóloga(o) na PNAS, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. (LIMA; MIOTO, 2007; REY, 2002; SILVA; MENEZES, 2005).

A pesquisa bibliográfica diz respeito ao uso de materiais que possibilitam compilar dados de diversas fontes e publicações, as quais serão analisadas de

modo a enriquecer um determinado debate conceitual (GIL, 2008; SILVA; MENEZES, 2005).

O rastreamento bibliográfico foi orientado conforme os objetivos desta pesquisa, sendo assim, o critério de seleção foi elencar os materiais que nos auxiliassem a pensar as possíveis contribuições da psicologia sociohistórica para a atuação na PNAS. Dessa maneira, selecionamos alguns trabalhos científicos que abordassem alguns conceitos que nos pareceram fundamentais desta abordagem epistemológica e, também, elegemos alguns materiais que orientam a gestão e execução da PNAS: dois documentos oficiais elaborados pelo Governo Federal, sendo eles o texto da Política de Assistência Social e a Constituição Federal Brasileira; uma cartilha desenvolvida pelo Governo Federal intitulada “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” e três documentos que tratam da atuação do psicólogo na Assistência Social, desenvolvidos por órgãos do Sistema Conselhos de Psicologia.

Em seguida, realizamos uma leitura crítica e reflexiva destes documentos e, simultaneamente, fomos elaborando uma análise de inspiração dialética das reais condições de trabalho que, nós autoras, temos nos deparado em nossa própria prática profissional em diferentes serviços¹ da PNAS.

Uma interlocução entre a PNAS e a Psicologia

A Assistência Social está contemplada na Constituição Federal Brasileira de 1988, enquanto componente do tripé da seguridade social (BRASIL, 1988; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). O Art. 194 da Constituição apresenta a seguridade social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988 p. 57).

No ano de 1993 é aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que reafirma o caráter de gratuidade e de coparticipação das esferas governamentais na oferta de serviços de assistência social, além da sua identificação enquanto política pública de direito (BRASIL, 2005; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

A aprovação destas leis, fruto da luta de movimentos sociais e outros atores institucionais da sociedade civil, revela um significativo avanço na legitimação dos direitos dos(as) cidadãos(ãs). Ainda que marcada por múltiplas contradições e precariedades, aos poucos, começa a emergir um novo olhar a respeito das necessidades sociais da população brasileira, de modo que o

¹ Ambas as autoras possuem experiência em alguns serviços atrelados à PNAS- seja ocupando o cargo de psicóloga em equipamentos de oferta de serviços dessa política, seja como supervisora acadêmica de estágio e extensão, tanto na Proteção Básico como na Proteção Especial.

Estado passa a conceber que características específicas das condições de vida precisam ser observadas enquanto influência para o bem-estar e qualidade de vida da população.

Fruto de aspirações coletivas, a PNAS, aprovada em 2004, aborda novas compreensões a respeito da gestão da assistência social, superando paradigmas até então presentes na oferta de serviços que se calcavam em uma perspectiva assistencialista. A PNAS assegura a Assistência Social enquanto política de direito do(a) cidadão(ã) possibilitando a superação de características de caridade, bem-estar e improvisado dos serviços, mantidas até sua aprovação.

A PNAS buscou organizar e tornar exequível a aplicação da LOAS e, para tanto, instituiu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (CREPOP, 2007; CRP SP, 2010) que busca oferecer subsídios para que o cidadão tenha acesso a serviços de qualidade, na perspectiva da efetivação dos direitos e a real superação das situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2013; CRP SP, 2010; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Conforme esta política, a proteção social deve garantir três formas de segurança aos seus usuários: de sobrevivência, de acolhida e de convívio. Segundo consta no texto da PNAS, a segurança de sobrevivência diz respeito “a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego” (BRASIL, 2005 p. 31). A segurança de acolhida se refere a prover ao/à cidadão(ã) ambiente seguro e garantia de direitos humanos (alimentação, vestuário, abrigo). Além disso, prevê o desenvolvimento de autonomia ao/à cidadão(ã) para que possa ter condições de prover suas necessidades, tendo em vista que a conquista da autonomia pode ser prejudicada por ocasião ou ciclo de vida, antevendo a acolhida em situações de abandono, destituição familiar, velhice, uso abusivo de drogas, entre outros. Por fim, a segurança de convívio busca garantir a existência de interações sociais (família e comunidade), partindo do entendimento de que “a dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, processos civilizatórios” (BRASIL, 2005, p. 32). Em síntese, há três grandes objetivos que norteiam a PNAS:

Promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2005, p. 33).

A proteção social é dividida em duas estruturas: proteção social básica e a proteção social especial. A primeira tem por objetivo desenvolver ações de prevenção à ocorrência ou agravamento de situações de riscos e/ou vulnerabilidade social. Busca o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas com vistas ao fortalecimento de características que colaborem para o enfrentamento de situações adversas. Estas ações devem ser desenvolvidas no próprio território, atreladas ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2005; CREPOP, 2007; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Já as ações de proteção especial referem-se ao atendimento de indivíduos e/ou grupos que tiveram seus direitos violados e/ou vínculos familiares rompidos. Segundo a PNAS “as linhas de atuação com as famílias em situação de riscos devem abranger desde o provimento de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até a inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade” (BRASIL, 2005 p. 37).

A proteção social especial se apresenta dividida em: média complexidade, para os casos em que os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e é desenvolvido no equipamento público denominado Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); e alta complexidade, quando há o rompimento dos vínculos, sendo o atendimento desenvolvido por casas lar, albergues, casa de passagem, entre outros (BRASIL, 2005; CRPSP, 2010; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Três características se mostram recorrentes e articuladas no texto da PNAS, sendo a matricialidade sociofamiliar, a territorialização e o trabalho intersetorial. Cremos que estas possam ser compreendidas como concepções centrais que devem estar presentes na atuação das(os) psicólogas(os) a fim de suscitar práticas exitosas no âmbito da Assistência Social.

A família é entendida na PNAS como “[...] um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade” (BRASIL, 2005, p.41). A política se apoia na concepção de que o trabalho social com as famílias deve “considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear” (BRASIL, 2005 p. 35).

A matricialidade sociofamiliar afirma que o papel da família é promover a proteção e socialização dos seus membros, sendo mediadora das relações que se dão entre os sujeitos e a comunidade. A PNAS atribui responsabilidade ao Estado e instituições de assistência social em auxiliar às famílias no que compete a sua função protetiva, que diz respeito a “prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de

vínculos afetivos e sociais; de identificação grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições e com o Estado” (BRASIL, 2005, p. 35).

Esta política parte da ideia de que alguns processos que estão ligados à ideologia de mercado, caracterizada pelo incentivo ao consumismo, individualismo e mercantilismo, promovam diversos tipos de violações dos direitos humanos, em suas dimensões psicossociais², por parte do Estado, sociedade e família. Sendo assim, para que uma família consiga exercer sua função afetiva e protetiva, é indispensável que se garanta o acesso aos direitos sociais, apontando que é inviável pensar em rede de apoio afetiva dicotomizada dos processos de cidadania.

Apesar de a PNAS, por meio do SUAS, estabelecer o balizamento das ações de Assistência Social em nível federal, ela assegura que as características territoriais sejam atendidas. Nesse sentido, a territorialização é compreendida enquanto estratégia de aproximação com a realidade social de um determinado local. Juntamente com o trabalho intersetorial, ambos se apresentam enquanto formas de superar uma visão genérica dos aspectos sociais e, dessa forma, atuar partindo da heterogeneidade da sociedade a fim de atingir o foco dos processos de gênese da desigualdade social em cada território específico (BRASIL, 2005).

Os diferentes materiais elaborados pelo Sistema Conselhos de Psicologia destacam que a atuação da(o) psicóloga(o) na Assistência Social deve objetivar a garantia dos direitos humanos, buscando a superação de formas de relação discriminatórias, opressoras e exploratórias. Enquanto profissional cujo foco de intervenção é os processos de significação e subjetivação, cabe à psicóloga(o) olhar para a forma com que os processos de exclusão presentes nas relações da sociedade são fonte de sofrimento aos sujeitos, impossibilitando-o de usufruir seus direitos e protagonizar de forma mais cri(ativa) em sua própria história de vida (CREPOP, 2007; CFP, 2011; CRPSP 2010). De acordo com o CFP (2011, p.15), “nossa atuação parte do pressuposto de que embora o sofrimento seja vivido pelo indivíduo, sua gênese é social, está na intersubjetividade”, sugerindo que nossa perspectiva de atuação deva se orientar por uma perspectiva psicossocial.

Nessa esteira, apoiado nos autores Senra e Guzzo (2012), torna-se inadequado no campo das políticas públicas a(o) psicóloga(o) compreender

2 Ao longo deste trabalho, utilizaremos o termo “psicossocial” para abarcar a relação dialética intrínseca aos processos de subjetivação e objetivação; ou seja, ainda que sejam esferas distintas, as questões de ordem subjetivas e materiais são interdependentes e se constituem mutuamente. Sob esta perspectiva, uma violação de direito ou uma vulnerabilidade será entendida como psicossocial na medida em que diz respeito aos impactos subjetivos decorrentes das injustiças sociais.

os fenômenos relacionados às vulnerabilidades e riscos sociais a partir de epistemologias que individualizam as questões coletivas e responsabilizam, de forma isolada e exclusiva, apenas os sujeitos individuais.

Aspectos epistemológicos: algumas contribuições da perspectiva sociohistórica para a operacionalização da PNAS

A partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, Vygotsky (VYGOTSKY, 2001; ZANELLA, 2001) defende a não dicotomização das dimensões objetivas e subjetivas. Em uma tentativa de superar as perspectivas teóricas que reduziam o psiquismo a um único princípio explicativo (inconsciente, cognição, comportamento, reflexos condicionados...), Vygotsky, como nos aponta Sawaia e Maheirie (2014a), busca construir uma teoria em que as relações entre os processos de subjetivação e objetivação sejam compreendidas de forma dialética, ou seja, uma unidade de contrários que se constituem mutuamente.

Conforme Sawaia e Maheirie (2014b), a materialidade³ nega o determinismo estrutural e a ordem natural dos fenômenos, já contendo a subjetividade historicamente incrustada, o que significa que a “materialidade não é física, e que a subjetividade não é ideia pura: ambas são configuradas e configuram a história pela mediação do trabalho” (p.5), ressaltando que, embora os determinantes sociais façam parte da condição humana, eles não destroem a singularidade do sujeito da estética e da criação.

Além de ressaltar a capacidade signíca e criativa do sujeito, em meio a Revolução Russa que eclodiu nesse momento histórico, Vygotsky também almejava construir uma ciência psicológica que estivesse voltada às transformações sociais em prol de uma sociedade mais igualitária. Contrapondo-se a modelos teóricos deterministas- subjetivistas e objetivistas, Vygotsky inicia uma empreitada acadêmica para argumentar uma de suas principais teses: a gênese social do psiquismo. (BOCK; GOLÇALVES; FURTADO, 2011; MOLON, 1999; REGO, 2002; SAWAIA, 2014; SAWAIA; MAHEIRIE, 2014; VIGOTSKY, 1991; ZANELLA, 2001, 2004).

A partir da contribuição da concepção vygotskyana citada no parágrafo anterior- ou seja, a construção social dos processos psicológicos-, destacamos um primeiro elemento teórico fundamental para pensar a atuação da(o) psicóloga(o) na PNAS: o sujeito irá se constituir a partir das condições materiais que lhe são ofertadas e que, a partir delas, ele possa se tornar um sujeito mais

3 Por fugir do propósito deste artigo, não aprofundaremos o debate sobre as diferentes dimensões do conceito de materialismo, a saber, ontológico, epistemológico e prático. Sobre isso, consultar Dicionário do Pensamento Marxista (1988).

ativo, crítico e transformador (VIGOTSKI, 1992, 2001; ZANELLA, 1995). A partir desta lógica, a psicologia sociohistórica nos possibilita refletir sobre as implicações da pobreza e das vulnerabilidades sociais no desenvolvimento psíquico do sujeito.

De acordo com esta perspectiva, os processos subjetivos se desenvolvem a partir da apropriação das construções culturais (BOCK; GOLÇALVES; FURTADO, 2011; PADILHA, 2000; ZANELLA, 2004) assim, um sujeito em condições materiais de escassez ou privação possui, também, empobrecidas suas possibilidades de subjetivação e objetivação. Dessa maneira, a falta de acesso a recursos materiais básicos (alimentação, educação, saúde, moradia, transporte, saneamento, cultura, lazer...) traz severas implicações para a constituição psíquica do sujeito que tem reduzidas suas possibilidades de atuação e protagonismo.

Acreditamos que este entendimento possa auxiliar a(o) psicóloga(o) a pautar seu olhar sobre os(as) usuários(as) da Assistência Social, buscando observar as condições materiais que atravessam seu processo de desenvolvimento e refletir sobre as incidências subjetivas destas condições de vulnerabilidades, orientando suas intervenções a partir de uma perspectiva psicossocial.

Conforme o materialismo histórico e dialético de Karl Marx, o ser humano se humaniza por meio do trabalho e, é por meio deste, que tem a possibilidade de satisfazer suas próprias necessidades, transformando a natureza e a si mesmo neste processo (MARX, 2007). O trabalho, então, é o que faz com que o ser humano se desprenda dos determinantes da natureza, diferenciando-o dos demais animais justamente por ser o único com a capacidade de elaborar uma atividade de maneira planejada e premeditada. Mas, se por um lado o trabalho é o instrumento de emancipação humana, ele é a via pela qual o sistema capitalista se reproduz e se perpetua, configurando-se como um instrumento de alienação e opressão. A força de trabalho é a mercadoria no sistema capitalista que só sobrevive sustentado pela mais valia, ou seja, pelas relações de dominação e exploração. Nesse sentido, de forma paradoxal o trabalho ao mesmo tempo em que pode ser uma estratégia de superação dos conflitos, “aliena o trabalhador da sua capacidade criativa de produção(...), produzindo a alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho e ao produto do seu trabalho” (BOTTOMORE, 1998, p. 254).

As atividades laborais e geradoras de renda são previstas na PNAS e, comumente, bastante almejadas no cotidiano dos serviços. Cabe questionar de que forma elas têm sido utilizadas e com quais finalidades, já que, como apontamos, o trabalho possui um caráter ambivalente e contraditório, podendo ser utilizado tanto para promoção da cidadania, quanto para escamotear e reproduzir a divisão de classes da sociedade, incorrendo no pressuposto

ideológico que, como nos aponta Sawaia (2009), o pobre é visto apenas como um corpo que serve ao trabalho e ao consumo, isento das possibilidades de sentir, pensar, criar e imaginar.

Defendemos a ideia de que as atividades propostas nos serviços devam superar a exclusiva necessidade de gerar rendas, configurando-se ao que Sawaia (2006) denomina de “atividades estéticas”, ou seja, ações que afetem a base afetiva-volitiva do sujeito de forma que este possa se inserir em processos de imaginação e criação que possibilitem construir sentidos e práticas inaugurais em suas vidas. Por meio de atividades estéticas, o sujeito é mediado a superar os impasses da vida, potencializando e ampliando suas formas de ser e estar no mundo.

Pensamos que algumas oficinas, trabalhos grupais, uso de linguagens artísticas, entre outras estratégias de intervenção, quando utilizadas no nível da atividade e não da ação (ZANELLA, 2004)⁴, podem ser utilizadas como um instrumento disruptivo das relações de alienação e opressão, favorecendo a construção de relações estéticas que promovam a cidadania.

A partir da leitura que Vygotsky esboça sobre a obra de Marx, a práxis humana torna-se eixo central de sua teoria, especialmente, no que diz respeito não apenas à capacidade de fazer do ser humano mas, substancialmente, sua capacidade de significar o mundo. Vygotsky retoma a premissa marxista de que o homem transforma a natureza por meio das ferramentas técnicas e, realizando outros desdobramentos teóricos, elege a linguagem como o instrumento de humanização por excelência. Na leitura de Vygotsky, o ser humano se transforma em sujeito não apenas por meio do uso das ferramentas técnicas, mas, fundamentalmente, por meio do uso dos instrumentos simbólicos. (REGO, 2002; VYGOTSKY, 1992, 2000; ZANELLA, 2005).

Para a perspectiva sociohistórica, a relação do sujeito com a realidade objetiva não é direta, mas sim, mediada semioticamente. A mediação semiótica diz respeito ao uso dos signos- palavras, gestos, desenhos, obras de arte... - ou seja, tudo aquilo que é passível de significação- os quais são utilizados com a função de expressar, elaborar, compreender, trocar e construir sentidos às experiências e relações sociais.

Nesse sentido, apostamos em atividades estéticas que venham mediar semioticamente a constituição destes usuários e comunidades de modo

4 A partir da leitura da teoria da atividade de Leontiev, Zanella (2004) destaca que o trabalho pode ser desempenhado no nível da ação e da atividade: no primeiro caso, ele é realizado de forma fragmentada gerando e reproduzindo as relações de alienação; no segundo, o trabalho envolve a capacidade de imaginar e criar, podendo ser entendido como possibilidade de reinvenção do sujeito e de seu contexto social.

que consigam criar, imaginar e construir outros sentidos para suas vidas. O espaço de fala, de escuta e trocas com o outro podem trazer novas mediações simbólicas que venham subsidiar novas formas de subjetivação e objetivação, favorecendo a constituição, como nos aponta Sawaia (2004), da estética, da criação e da imaginação.

Estas intervenções, sejam em níveis individuais ou grupais, as quais inscrevem um Outro na rede de relações de sujeitos, possibilitam e favorecem o encontro com a alteridade. Compreendemos o Outro como um lugar metafórico que inclui os muitos outros que se inserem, passam, ficam e circulam na vida do sujeito. Assim, só se é possível se tornar sujeito por meio da alteridade, em que o outro possui um papel fundamental na constituição do sujeito, já que é por meio do outro que o sujeito se reconhece, se define e se prospectiva para o futuro. Como nos aponta Zanella (2005), a relação com o outro é fundante do sujeito: “a existência de um eu só é possível via relações sociais e, ainda que singular, é sempre e necessariamente marcado pelo encontro permanente com os muitos outros que caracterizam a cultura” (p. 102).

Assim, o sujeito é compreendido como um agregado de relações sociais (VYGOTSKI, 2000) já que é por meio dos diversos encontros que “vontades e desejos são produzidos nas relações cotidianamente e coletivamente vividas e que são subjetivadas, convertendo-se em diferença, em alteridade” (ZANELLA, 2005, p. 103). Sendo assim, é inviável pensar no sujeito sem incluir a rede de relações afetivas, sociais e materiais que o constituem e, dialeticamente, por ele é constituído. Como nos aponta Zanella (2005), esta definição nos parece simplória, entretanto, traz uma contribuição ímpar para os profissionais que atuam nas diferentes políticas públicas: 5

A assertiva é aparentemente simples e ao mesmo tempo complexa, pois remete a um todo, a um agregado anônimo que está visceralmente interligado às relações sociais e que ao mesmo tempo se dissipa em composições múltiplas, em infinitas possibilidades de vir a ser que se objetivam em cada pessoa, que encarnam e marcam a carne que se faz gente, que se faz um(uma), que é indivisível. (ZANELLA, 2005, p. 103).

Sendo assim, a(o) psicóloga(o) que atua na PNAS necessita estar atento aos tipos e dinâmicas da rede de relações sociais e afetivas que ocorrem nos múltiplos contexto por onde os(as) usuários(as) transitam e vivem. Na atual sociedade ocidental, o contexto familiar, escolar e comunitário são predominantes enquanto lugares de referência social e afetiva. Logo, a

qualidade da aprendizagem social nestes espaços está intrinsicamente atrelada a um desenvolvimento humano mais ou menos saudável⁵.

A qualidade das relações familiares e comunitárias serão mediadoras das (im)possibilidades do bem estar psicossocial e da qualidade de vida do sujeito. Dessa forma, a atuação na Proteção Básica pode estar voltada para a garantia de determinadas condições sociais que são preventivas à saúde psicológica das dinâmicas familiares e da convência comunitária; e, em continuidade, as intervenções na Proteção Especial poderão seguir no sentido de reparar formas insalubres de relacionamentos, buscando construir, junto com as famílias e comunidades, novas formas de se relacionar com o outro, pautado na reciprocidade, protetividade e solidariedade.

A partir dessa perspectiva, torna-se inviável pensar em “saúde psicológica”, seja ela em nível individual ou coletivo, sem levar em consideração as condições sociais e históricas de um determinado contexto. Como nos aponta Sawaia (2009), por detrás das desigualdades sociais há sofrimento, medo e humilhação que vai cristalizando a angústia do sujeito, emperrando seus processos de imaginação, criação e ação, paralisando-o na heteronomia e na submissão afetiva dos determinantes sociais.

Em uma sociedade pautada no modo de produção capitalista e constituída, em termos culturais e políticos, pelo sistema neoliberal, tem-se uma ideologia, como destaca Chauí (2016), que naturaliza, dissimula e reproduz as diferenças de classes sociais. Para esta autora, a ideologia é compreendida como um corpo de representações, que fixam e prescrevem o que e como se deve pensar, sentir e agir, de modo a invisibilizar a gênese e manutenção das formas de opressão e sujeição. Temos assim, que a ideologia burguesa se reproduz na mesma medida em que silencia o processo histórico em que a engendra, gerando nas camadas subalternizadas da sociedade, como nos aponta Sawaia (1999), sentimentos de culpabilização e incapacidade. Nesse sentido, esta autora aponta que todo sofrimento é ético e político, denunciando a impossibilidade de dicotomizar o processo saúde-doença das questões sociais mais amplas.

Dessa forma, quando pensamos nas intervenções realizadas no SUAS, seja no nível de prevenção ou reparação, devemos nos orientar por princípios que, de alguma forma, fissure esta lógica perversa e parasitária capitalista, a qual individualiza e personifica questões sociais, históricas e políticas mais amplas e complexas. Se a ideologia burguesa sobrevive e se reproduz por meio do

5 Longe de querer estabelecer parâmetros entre normal/patológico, saudável/insalubre, compreendemos que o processo de desenvolvimento humano escapa das generalizações e universalizações. A partir da perspectiva sociohistórica, não iremos considerar um desenvolvimento mais ou menos saudável a partir de uma lógica binária, ao contrário, partiremos da noção que esta fronteira é fluida e que a proteção dos direitos humanos e seus respectivos desdobramentos no campo intersubjetivo deva ser um orientador na compreensão e intervenção junto a estes usuários(as).

silenciamento e invisibilização de sua gênese histórica, tal como nos aponta Chauí (2016), precisamos construir espaços no SUAS que produzam contradiscursos, pois, “quando fazemos falar o silêncio que sustenta a ideologia, produzimos um *outro* discurso, o contradiscurso da ideologia, pois o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava” (p. 247).

Por meio de intervenções que permitam criar contradiscursos, podemos mediar a construção de processos de reflexão acerca das desigualdades sociais, de modo a desnaturalizar e problematizar a lógica opressora do sistema capitalista. Partindo de uma concepção de que o processo saúde/doença é uma construção social e histórica com bases em um sistema ético e político (Sawaia, 1999), estas intervenções devem servir de instrumentos de mediação da para potencializar estes sujeitos de modo que consigam elaborar estratégias de enfrentamento face às múltiplas situações de violação de direitos e violências que vivenciam sistematicamente nos jogos da inclusão perversa a qual estão submetidos. Trata-se, então, de realizar um trabalho tanto político, na medida em que se norteia pela garantia da cidadania, quanto subjetivo, pois busca superar sentimentos nefastos desencadeados pelas desigualdades sociais, tais como a humilhação, tristeza, angústia e culpabilização.

A contextualização das dinâmicas sociais é um recurso teórico da abordagem sociohistórica extremamente importante para pensar a atuação da(o) psicóloga(o) no SUAS, já que este modelo se contrapõe às perspectivas naturalizantes e psicologizantes que reproduzem determinados preconceitos, discriminações e processos de exclusão. Por exemplo, ao partir de uma visão normativa e naturalizada do que é uma família, ou um adolescente, ou uma criança, corremos o risco de ficarmos aprisionadas(os) em um modelo idealizado, obliterando nossa visão acerca do sujeito concreto com a qual estamos trabalhando, incorrendo no equívoco de realizar intervenções assépticas e, até mesmo, violadora dos direitos humanos.

Assim, esta perspectiva teórica nos auxilia a trabalhar na singularidade de cada caso, na contextualização de cada sujeito, grupo, família e comunidade, impossibilitando qualquer intervenção que seja generalizada e apriorística. Pensamos que para a psicologia sociohistórica, não há respostas universais e fechadas, já que a constituição do sujeito, família e comunidade se faz de forma singular, dinâmica e contraditória.

Por fim, destacamos a importância da dimensão intersubjetiva para a construção das identidades, singulares e coletivas, que vem auxiliar a atuação da(o) psicóloga(o), em especial, na proteção básica que possui o território como foco de intervenção. Por ser uma perspectiva teórica que se contrapõe às teorias individualizantes, a psicologia sociohistórica aposta nos espaços coletivos como mediadores da ação, criatividade e reflexão (HINKEL;

MAHEIRIE, 2007; MAHEIRIE, 2006) . Assim, as intervenções podem ser orientadas por meio da dimensão societária da vida que media a construção de potencialidades e subjetividades coletivas. Sob esta lógica, partimos da ideia de que a construção de espaços coletivos potencializam a reflexão, a criação e o protagonismo, tornando-se ferramentas que enriquecem o encontro com a alteridade, fortalecendo as identidades coletivas-comunitárias que estarão mais unificadas e orgânicas para atuar frentes aos riscos e vulnerabilidades que constituem, de forma geral, os territórios dos usuários(as) do SUAS.

A interpelação entre os saberes e fazeres na PNAS: algumas contribuições da psicologia sociohistórica

No que tange às reflexões acerca do universo técnico, a psicologia sociohistórica nos auxilia a pensar a prática da(o) psicóloga(o) que se realiza fora da atuação clínica no âmbito do consultório privado.⁷ Este tema tem sido debatido desde o surgimento da chamada psicologia social-comunitária, momento que buscava desfazer a primazia da prática profissional neste contexto privado. Assim, inicia-se um espinhoso debate sobre as especificidades e objetivos da intervenção da(o) psicóloga(o) que atua nas políticas públicas e nas instituições (COSTA; BRANDÃO, 2005; CRUZ; GUARESCHI, 2012; EIDELWEIN, 2005; FREITAS, 2002; GOMES; SILVA, 2013; GULA; PINHEIRO, 2007; RIVERA; PAIVA; OLIVEIRA, 2014).

Partimos do entendimento de que a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito da PNAS recaia em um trabalho guiado pela prática do acolhimento, do apoio, da orientação e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e, além disso, tenha como orientador um projeto ético e político da psicologia engajada com as transformações sociais, tanto nos micro quanto nos macro espaços⁶. Assim, delimitamos a diferença do trabalho clínico que ocorre no âmbito do consultório privado- pautado na psicoterapia ou no trabalho analítico-, da postura clínica que se sugere ocorrer no âmbito das políticas públicas, como no caso das intervenções que se dão no âmbito da PNAS. Aqui partimos da ideia de uma clínica que não se define por um espaço ou ferramenta, mas, fundamentalmente pelos seus objetivos, a saber, ser um dispositivo de dar espaço de fala e escuta aos usuários(as), famílias e comunidades.

O trabalho da psicologia clínica, como nos apontam Costa e Brandão (2005), não se define pelo espaço onde é realizado, mas, substancialmente, se caracteriza como uma abordagem e método de trabalho. As autoras destacam

6 Cada nível de proteção da PNAS- Básica ou Especial-, cada serviço ou programa irá suscitar um debate próprio sobre as possibilidades interventivas em cada um destes espaços, ou seja, como o dispositivo clínico poderia ser pensado e operacionalizado em cada um destes contextos. Tendo em vista que este não é o objetivo deste artigo, destacaremos alguns orientadores técnicos gerais que possam servir de substrato para uma prática profissional transformadora e exitosa.

que não se trata de realizar uma transposição de modelos do consultório para os demais contextos (grupos, comunidades e instituições), mas sim de elaborar novas formas de atuação de acordo com as condições de cada espaço. Assim, defende que o objetivo da abordagem clínica é, por meio dos significados que os sujeitos atribuem às suas ações, atuar como foco na mudança, melhorias e superações do sofrimento. Trata-se de uma clínica que, além de compreender o sujeito como socialmente construído, tem como foco o bem estar coletivo, a promoção da cidadania e a garantia de direitos. E, para tanto, as relações de exploração, as assimetrias e jogos de poder também serão incluídas nas análises e intervenções junto a estas famílias e comunidades.

O matriciamento sociofamiliar, utilizado como uma estratégia para promover e proteger os vínculos afetivos, de modo a garantir uma boa convivência familiar e comunitária, poder ser compreendido como um dispositivo clínico na medida em que possibilita “a oferta da escuta aos sujeitos a partir do compromisso ético de possibilitar lugar à palavra” (SUSIN; POLI, 2012, p. 198). Conforme estas autoras, o lugar e a função da clínica na assistência social está em trabalhar com as expressões da dor e suas incidências subjetivas, cabendo ao profissional ser testemunha destas narrativas que expressam os traumas individuais e coletivos possibilitando a elaboração psíquicas destes, pois “a dor que não encontra lugar na cultura, que é negada socialmente, impede o sujeito de poder dar valor e sentido à sua experiência dolorosa” (p. 199).

Por não partir de um modelo genérico e abstrato de família, a psicologia sociohistórica nos auxilia a refletir o próprio conceito de família que, como os aponta a PNAS, trata-se de uma instituição em constante transformação. A partir da concepção sociohistórica, compreendemos que a família deva ser entendida como um lugar de referência e acolhimento social e afetivo do sujeito que pode, ou não, estar calcada em laços consanguíneos. Assim, entendemos que a família é a mediadora dos processos de subjetivação e objetivação, podendo servir tanto para proporcionar um contexto negligente e violador, e, paradoxalmente, também, acolhedor e protetivo. Sendo assim, sob esta lógica não é possível pensar em um modelo binário e estático de família; a complexidade do campo intersubjetivo exige da(o) profissional uma postura crítica e sensível para atuar, como aponta a PNAS, no sentido de colaborar com a construção de sua função protetiva.

O aparato epistemológico da abordagem sociohistórica se torna válido ao passo que oferece subsídios para identificar, nos processos relacionais familiares e intergeracionais, as condições que os sujeitos tiveram acesso e apropriação, ou não, deste papel social protetor que a família, culturalmente, foi incumbida de assumi-lo.

Hegemonicamente, em nossa sociedade ocidental e capitalista, a família tem sido o principal lócus mediador da constituição do sujeito (PINO, 2006; SALLES 2005; SOUZA, 1996), contudo, quando se realiza o matriciamento sociofamiliar, torna-se importante se questionar quem e quais espaços são significativos para aquele(a) usuário(a)? Por compreender que a consanguinidade não é garantia para a construção do vínculo afetivo, a psicologia sociohistórica nos auxilia a historicizar a construção dos (des)afetos presentes na história de vida de cada usuário(a). Em nossa prática profissional, notamos que, inúmeras vezes, um educador social torna-se mais significativo que um pai; a rua mais acolhedora que a própria casa; uma professora ocupa um lugar de referência maior do que a mãe adotiva.

Dito isso, pensamos que uma das funções da(o) psicóloga(o), seja na proteção básica ou especial, é trabalhar junto com estas famílias as possibilidades e estratégias que são possíveis de serem criadas para que estas efetivem o papel de proteção dos membros familiares e (re)signifiquem modos de se relacionar com o outro, superando maneiras de se relacionar que gerem um campo intersubjetivo mediador do sofrimento psíquico.

Evidente que este não é um trabalho que se realiza exclusivamente no nível “psicológico”- por isso a perspectiva psicossocial defenderá a impossibilidade de dicotomizar o psíquico e o social-, ao contrário, se queremos intervir em situações de negligência e outras formas de violência, é necessário que as condições sociais sejam garantidas para sedimentar um terreno material que possibilite novas trocas simbólicas.

Da mesma forma que a perspectiva sociohistórica não nos permite partir de um modelo abstrato e genérico de família, o mesmo ocorre com o conceito de comunidade. Embora possamos destacar alguns marcadores teóricos que definem um espaço comunitário – identidade coletiva, sentimento de pertença, compartilhamento simbólico, entre outros -, a partir desta abordagem, entendemos que cada comunidade é única e singular. Logo, o uso do que a PNAS denomina de “territorialização” se define pela tentativa da equipe profissional de conhecer, aproximar e mapear, material e simbolicamente, a comunidade onde vive este(a) usuário(a).

Em termos metodológicos, compreendemos que a equipe profissional deve atuar de forma dialética com o seu público alvo- seja um grupo, uma família ou comunidade. Ou seja, não se trata de atuar para uma comunidade, mas sim, junto à comunidade (RAMOS; CARVALHO, 2008). A aposta em um trabalho dialógico permitirá que a escolha das técnicas, materiais, recursos e dispositivos sejam construídos em parcerias, ampliando a co-responsabilidade que possibilita atuar junto à “base afetiva e volitiva” (VYGOTSKY, 1991) dos(as) usuários(as).

Este conceito chave- “base afetivo-volitiva”- na obra de Vygotsky afirma que a base da construção de nossos processos de significação, os quais orientarão nossas escolhas, práticas e relações, se ancoram em nossos afetos e vontades. Assim, para que haja engajamento, impactos e transformações, é necessário mobilizarmos e atuarmos junto à base afetivo-volitiva destes sujeitos.

A partir disso, a territorialização pode ser entendida como uma estratégia para criar vínculos, investigar demandas, desejos e mobilizar os sujeitos a quem esta intervenção está sendo endereçada. Sendo assim, o uso da observação participante, do diário de campo, das entrevistas formais e informais, das visitas familiares e institucionais nos permitem elaborar propostas de intervenção que sejam contextualizadas e desejadas pelos sujeitos.

Estas ferramentas metodológicas vêm auxiliando a atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas, que requer romper com o modelo de intervenção pautado no individualismo, no diagnóstico e na investigação do “fenômeno psicológico”. Os testes psicológicos, as escalas e os experimentos perdem sua eficiência neste contexto de atuação, cedendo espaço ao que a PNAS tem chamado de “acompanhamento psicossocial” (CAMPOS, 2000; SAWAIA, 2000; COSTA; BRANDÃO, 2005).

Assim como sugere a PNAS, a psicologia sociohistórica não compreende o sofrimento psíquico como algo intrínseco e natural do sujeito. Ao contrário de algumas perspectivas essencialistas que defendiam os “traços de personalidade” como atributos inatos e estáveis na dinâmica do sujeito, esta abordagem defenderá a gênese social das emoções e afetos (VYGOTSKY, 2004). Dessa forma, compreendemos que a “perspectiva psicossocial”, tão citada na PNAS, possa ser entendida, como nos aponta Costa e Brandão (2005) como a interpelação de duas dimensões que são distintas, contudo, não-dicotômicas. Atuar sob esta perspectiva, a nosso entender, seria intervir junto aos sujeitos deflagrados em múltiplas situações de vulnerabilidades e seus respectivos impactos subjetivos.

Sendo assim, entendemos que a intervenção psicossocial deva ocorrer pela equipe multidisciplinar – psicóloga(o), assistente social, pedagogo(a) e advogado(a)- que investigará e intervirá nas condições sociais de vulnerabilidades que geram sofrimento e exclusão para estes(as) usuários(as). Ou seja, a intervenção psicossocial é, antes de mais nada, um olhar teórico e metodológico que, simultaneamente, se pauta em uma escuta singularizada dos processos de significação, das experiências, dos afetos e da relação com a alteridade, ao mesmo tempo em que tem como foco a mobilização da rede de direitos e benefícios socioassistenciais que venham garantir a cidadania e uma vida digna a estes(as) usuários(as) do SUAS.

Por fim, destacamos o uso do dispositivo grupal que tem se mostrado um potente recurso técnico para a atuação nos CRAS, na Liberdade Assistida e no PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos). O uso do grupo como instrumento de pesquisa e intervenção surge com a psicologia social de Kurt Lewin na década de 50 e, desde então, vem sendo debatido e reformulado em seus níveis epistemológicos e técnicos.

A partir da perspectiva sociohistórica (ANDALÓ, 2006), entendemos que o grupo possa servir de encontro com novas alteridades que mediarão a construção de novas emoções, sentidos e relações sociais. O grupo pode se configurar como um “bom encontro” no sentido de Espinosa (SAWAIA, 1999, 2009), um lugar de calor e afeto que será mobilizador de afecções que geram potência de vida aos usuários(as), possibilitando novos encontros com a alteridade e a construção de novos vínculos afetivos e sociais. A partir desta perspectiva em que o afeto é entendido como a base da ética e da política, o trabalho psicossocial pode se configurar como um instrumento combativo às desigualdades sociais, favorecendo a construção do sujeito da estética (criativo e imaginativo).

Além de ser um recurso pertinente para abarcar a vasta demanda destes serviços, as experiências que são vividas nos grupos diferem-se daquelas vivenciadas no âmbito individual. O encontro com o outro, o processo de troca e identificação, o entrecruzamento das narrativas, a ruptura e criação de novos sentidos, são amplamente estimuladas e possibilitadas dentro destes espaços coletivos.

A Psicologia na PNAS: um debate ético e político

A desprivatização da atuação da(o) psicóloga(o) tem sido um movimento político extremamente importante frente às profundas desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. A reinvenção de uma psicologia que atua fora dos consultórios privados tem sido um constante exercício teórico e técnico que nós psicólogas(os) temos realizado de modo a construir um campo de saberes e fazeres que auxiliem a luta por uma sociedade mais igualitária e com maior qualidade de vida.

Entendemos que, ao atuar de modo a escutar e acolher os(as) usuários(as) sem julgamentos e normatizações, contribuimos para que estes sujeitos possam reinventar suas próprias vidas de modo a ampliar suas possibilidades de existência. Ao atuarmos na perspectiva da garantia de direitos e do acolhimento psicossocial, criamos condições para que o sofrimento causado pelas vulnerabilidades, discriminação e opressão deixe de impedir que estes sujeitos protagonizem nas suas próprias histórias de vida.

Por fim, destacamos a riqueza do trabalho interdisciplinar que pode realizar intervenções que ampliem as condições de cidadania e aumentem a expansão de vida dos(as) usuários(as), mediando o fortalecimento das identidades singulares e coletivas para grupos que são, cotidianamente, reificados pela cultura hegemônica.

Além de um trabalho ético e político que faz resistência ao avanço desenfreado do projeto neoliberal que acirra as desigualdades sociais, a atuação interdisciplinar no SUAS possibilita condições para a catalisação do protagonismo comunitário e mediações, simbólicas e materiais, que favoreçam a construção de laços familiares e comunitários mais acolhedores, protetivos e embativos diante das injustiças sociais.

Atuando inspiradas(os) nestes norteadores, podemos contribuir com a desburocratização e humanização dos serviços do SUAS, contribuindo com a promoção da saúde psicossocial destes grupos, protegendo e promovendo os direitos humanos de camadas subalternizadas e, ainda, fazendo resistência e construindo rotas de fuga para as múltiplas formas de sujeição, dominação e violação de direitos.

Conclusão

Aproximar a teoria sóciohistórica da PNAS pode proporcionar ao profissional um embasamento epistemológico voltado para a construção de uma atuação crítica e contextualizada com a heterogeneidade dos diversos territórios brasileiros. Esta perspectiva pode ser um instrumento teórico e metodológico que venha contribuir com o protagonismo da psicologia pela garantia dos direitos humanos na medida em que torna possível, de alguma maneira, provocar transformações na vida dos(as) usuários(as), famílias e comunidades.

Por partir do pressuposto da gênese social do psiquismo humano, entendemos que esta perspectiva se mostra profícua ao trabalho voltado aos sujeitos que vivem em contextos de múltiplas vulnerabilidades e sofrimentos. Por compreender os processos inter e intrasubjetivos a partir de uma lógica dialética e histórica, esta abordagem colabora com a desconstrução de teorias que naturalizam, normatizam e patologizam determinadas práticas sociais, modos de vida e de relacionamento, modelos de desenvolvimento infanto-juvenil e configurações familiares.

Ao superar a dicotomia entre psiquismo e sociedade e apostar na mediação de processos de criação e potencialização dos sujeitos, entendemos que a perspectiva sociohistórica é uma abordagem que vem ao encontro dos preceitos da PNAS, revelando-se como um importante instrumental epistemológico

para sustentar intervenções política e eticamente engajada com as transformações sociais. Além disso, esta perspectiva nos auxilia compreender que as desigualdades sociais advêm das dinâmicas socioterritoriais ligadas aos processos de exclusão, pobreza e desigualdade, não individualizando os problemas de origem coletiva e histórica, contribuindo para uma atuação profissional mais crítica e humanizada.

Ao focar nos processos de autonomia e potencialização de sujeitos e comunidades, a psicologia sociohistórica vem auxiliar na construção de ferramentas e instrumentos que venham mediar a construção de estratégias de superação de situações de sofrimento e vulnerabilidade, contribuindo com as (re)invenções metodológicas e técnicas no campo da Assistência Social.

O(a) psicólogo(a), tendo acesso aos instrumentos e signos utilizados nos contextos sociais, pode desenvolver uma melhor compreensão das formas utilizadas pelos(as) usuários(as) na/da apropriação da cultura local, bem como da construção subjetiva dos usuários dos serviços da PNAS.

Sendo assim, é importante salientar a necessidade do desenvolvimento de outras pesquisas que ampliem o debate acerca desta questão. Enfatizamos a importância dos estudos que busquem problematizar e sistematizar as práticas profissionais embasadas pelas diferentes abordagens como meios de refletir sobre sua aplicabilidade, fazendo resistência à uma atuação pautada no *laissez-faire*, ou na produção de pesquisas assépticas e descontextualizadas.

Por fim, este trabalho busca ampliar e complexificar os saberes e fazeres das(os) psicólogas(os) que vêm lutando para a qualificação de ofertas e serviços destinados à população que se encontra em situações de riscos e vulnerabilidades, contribuindo com a garantia e promoção dos direitos humanos, aprimorando o projeto ético e político da psicologia perante à sociedade.

Referências

ANDALÓ, C. **Mediação Grupal: uma leitura histórico-cultural**. São Paulo: Agora, 2006.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2013.

CAMPOS, R. H. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referências técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007.

CHAUÍ, M. de S. Ideologia e educação. **Educação & Pesquisa**, v. 42, n.1, p. 245-257, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): informações para gestoras e gestores**. Brasília: CFP, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP SP). **Vale Cidadania: a psicologia e sua interface com a assistência social**. São Paulo: CRP SP, 2010.

COSTA, E. F.; BRANDÃO, S. N. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-41, 2005.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Petrópolis: Vozes, 2012.

EIDELWEIN, K. A Psicologia em Projetos Sociais de Educação e Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 62-66, 2005.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21-39, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Psicologia Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. de A.; SILVA, C. O. A interface da Psicologia com a saúde mental: o uso de oficinas estéticas em um hospital psiquiátrico. **Revista de Ciências Humanas**, v. 47, n. 2, p. 233-253, 2013.

GULA, P.; PINHEIRO, N. Entre o limite e a esperança: relato de uma experiência em Psicologia Institucional. **Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 358-367, 2007.

HINKEL, J.; MAHEIRIE, K. Rap – Rimas afetivas da periferia: reflexões na perspectiva sócio-histórica. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, ed. especial, p. 90-99, 2007.

LANE, S. T. M. Avanços da psicologia social na América Latina. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs.). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense /EDUC, 1995, p. 67-81.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do

GOMES, M. A.; DOS SANTOS, C. M. **A perspectiva sociohistórica e a política nacional de...**

conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

MAHEIRIE, K. Subjetividade, imaginação e temporalidade: a atividade criadora em objetivações discursivas. In: ROS, S. Z. da; MAHEIRIE, K; ZANELLA, A. V.(Orgs.). **Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência**. Florianópolis: NUP/ CED/UFSC, 2006, p.145-155.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLON, S. **Subjetividade e construção do sujeito em Vigotski**. São Paulo: Educ., 1999.

NEVES, R. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 12-19, 2004.

PADILHA, A. M. L. **Bianca o ser simbólico: para além dos limites da deficiência mental**. 2000. 232 f. (Tese de doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

PINO, A. **As marcas do humano**. São Paulo: Universitária, 2006.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

REY, F. L. G. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RAMOS, C.; CARVALHO, J. E. C. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia social comunitária. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 174-180, 2008.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 1 p. 33- 41, 2005.

SAWAIA, B. B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. M.; SAWAIA, B. B. **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Vozes, 1999.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes. 2000.

SAWAIA, B. B. Introduzindo a afetividade na reflexão sobre estética, imaginação e constituição do sujeito. In: ROS, S. Z. Da; MAHEIRIE, K; ZANELLA, A. V. (Orgs.). **Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência**. Florianópolis: NUP/ CED/ UFSC, 2006, p. 85-94.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B.; MAHEIRIE, K. A Psicologia sociohistórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p.1 -3, 2014a.

SAWAIA, B. B.; MAHEIRIE, K. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia

social? **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 4-17, 2014b.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n.2, p. 293-299, 2012.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, S. J. Resignificando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S; LEITE, M. I. (Orgs.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1996, p. 39-56.

SUSIN, L.; POLI, M. C. O singular na assistência social: do usuário ao sujeito. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. de F. (Orgs.). **O psicólogo e as políticas públicas de Assistência Social**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 195-204.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 09-24, 2010.

VYGOTSKY, L. S. El significado histórico de la crisis da la psicología. Una investigación metodológica. In: **Obras Escogidas I**. Madrid: Visor Distribuciones, 1991, p. 259-407.

VYGOTSKY L. S. Pensamiento y palabra. In: **Obras Escogidas II**. Madrid: Visor Distribuciones, 1992, p. 287-348.

VYGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, XXI, v. 71, 2000, p. 23-44.

VYGOTSKY, L. S. A educação estética. In: **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 323-363.

VYGOTSKY, L. S. **Teoría de las emociones**: estudio histórico-psicológico. Madri: Akal, 2004.

ZANELLA, A. V. A ideologia alemã: resgatando pressupostos epistemológicos da abordagem histórico cultural. **Psico**, v. 2, n.1, p.187-194, 1995.

ZANELLA, A.V. **L. S. Vigotski**: o contexto, a obra e o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Itajaí: Editora UNIVALI, 2001.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia históro-cultural. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 1, p.127-135, 2004.

ZANELLA, A. V. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 99-104, 2005.

Submissão em: 19/11/2016

Revisão em: 18/06/2017

Aceite em: 17/09/2017

Marcela Andrade Gomes é professora adjunta A, nível I, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. cursou a graduação, mestrado e doutorado em psicologia nesta mesma instituição. Realizou o doutorado sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior mantido pela CAPES. Coordena o grupo “Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos”, o qual está inserido no Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política, vinculado ao Departamento de Psicologia da UFSC, onde desenvolve trabalhos de pesquisa e extensão sobre os seguintes temas: violência, política, grupos, comunidade e intervenções no Sistema Único em Assistência Social.

E-mail: marceladeandradegomes@gmail.com

Cleidi Mara dos Santos é psicóloga e especialista em Psicologia Social.

E-mail: cleidims@hotmail.com